

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Capital linguístico e hexis corporal em Pierre Bourdieu: critérios subjetivos na avaliação escolar

Luciana A. de Miranda, Manuela Azevedo Carvalho

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17561>

Submetido em: 2026-08-24

Postado em: 2026-08-28 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

CAPITAL LINGUÍSTICO E HEXIS CORPORAL EM PIERRE BOURDIEU: critérios subjetivos na avaliação escolar

LUCIANA A. DE MIRANDA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3087-3649>

<luciana.miranda@uems.br>

MANUELA AZEVEDO CARVALHO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3269-9111>

<manuela.carvalho@uems.br>

1 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Aquidauana (MS), Brasil.

2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Aquidauana (MS), Brasil.

RESUMO: Dos instrumentos avaliativos adotados no cotidiano das escolas, é comum a utilização de “trabalhos escolares” no modelo de “apresentações orais”, precedidos ou não de pesquisas escritas. Neste artigo, o objetivo foi analisar como são compostos os critérios avaliativos desses trabalhos escolares, à luz da teorização de Pierre Bourdieu, a partir da investigação da influência de categorias sociais subjetivas na avaliação feita pelos professores. A análise foi elaborada a partir de um estudo bibliográfico, tendo como ferramentas teóricas dois conceitos desenvolvidos por Bourdieu: o “capital linguístico” e a “hexis corporal”. Os resultados indicam que as formas de expressão corporal e de expressão linguística dos estudantes assumem papel central nas avaliações dos trabalhos escolares, constituindo-se como critérios principais, em detrimento de outras aprendizagens. Com a valoração de disposições comportamentais e linguísticas mais próximas daquelas desenvolvidas pelas classes que possuem maior capital cultural legítimo. De acordo com as análises, os professores tendem a atribuir avaliações mais positivas a estudantes que se aproximam dessas disposições.

Palavras-chave: Capital linguístico, hexis corporal, avaliação, trabalhos escolares.

LINGUISTIC CAPITAL AND BODILY HEXIS IN PIERRE BOURDIEU: subjective criteria in school assessment

ABSTRACT: Among the assessment tools used in everyday school life, “school projects” in the form of “oral presentations”, whether or not preceded by written research, are commonly employed. In this article, the objective was to analyze how the assessment criteria for these school assignments are structured, in light of Pierre Bourdieu’s theorization, based on an investigation of the influence of subjective social categories on teacher’s evaluations. The analysis was based on a literature review, using as theoretical tools two concepts developed by Bourdieu: “linguistic capital” and “bodily hexis.” The results indicate that student’s forms of bodily and linguistic expression play a central role in the assessment of school projects, constituting the main criteria, to the detriment of other forms of

learning. With a preference for behavioral and linguistic dispositions closer to those developed by classes possessing greater legitimate cultural capital. According to the analyses, teachers tend to assign more positive evaluations to students who align with these dispositions.

KeyWords: Linguistic capital, bodily hexis, assessment, school assignments.

CAPITAL LINGÜÍSTICO Y HEXIS CORPORAL EN PIERRE BOURDIEU: criterios subjetivos en la evaluación escolar

RESUMEN: Entre los instrumentos de evaluación que se utilizan en el día a día de las escuelas, es habitual el uso de “trabajos escolares” en forma de “presentaciones orales”, precedidos o no de trabajos escritos. En este artículo, el objetivo ha sido analizar cómo se configuran los criterios de evaluación de estos trabajos escolares, a la luz de la teoría de Pierre Bourdieu, a partir de la investigación de la influencia de las categorías sociales subjetivas en la evaluación realizada por los profesores. El análisis se elaboró a partir de un estudio bibliográfico, utilizando como herramientas teóricas dos conceptos desarrollados por Bourdieu: el “capital lingüístico” y la “hexis corporal”. Los resultados indican que las formas de expresión corporal y lingüística de los estudiantes asumen un papel central en las evaluaciones de los trabajos escolares, constituyéndose como criterios principales, en detrimento de otros aprendizajes. Con la valoración de disposiciones conductuales y lingüísticas más cercanas a las desarrolladas por las clases que poseen un mayor dominio del capital cultural legítimo. Según los análisis, los profesores tienden a otorgar valoraciones más positivas a los estudiantes que se acercan a estas disposiciones.

Palabras clave: Capital lingüístico, hexis corporal, evaluación, trabajos escolares.

INTRODUÇÃO

A avaliação somativa, com a composição de notas de trabalhos e exames, que ocorre no interior das salas de aula, ainda ocupa a centralidade dos processos avaliativos no cotidiano das escolas. Avaliações em larga escala, com ranqueamento em âmbito nacional, desde os primeiros anos escolares até o ensino superior, contribuem para a manutenção desse modelo de condução da avaliação da aprendizagem.

Essa posição central da avaliação somativa, muitas vezes, organiza toda a prática escolar e faz com que os ciclos, os bimestres, e, principalmente, o ano letivo, sejam divididos em torno da divisão de conteúdos que possuem como marco a realização dessas avaliações. São elas que indicam que uma etapa chegou ao fim e que outra se iniciará, se algum conteúdo foi ou não aprendido. Às avaliações ocorridas no interior das escolas, é dado o poder de simbolizar e comprovar a aprendizagem, de traduzir as aprendizagens em números ou conceitos.

Dos tipos de instrumentos avaliativos utilizados no interior das escolas, é dos exames, em formato de provas, que costuma advir a maior parte da pontuação obtida na média escolar, embora as críticas ao uso de provas para mensurar a aprendizagem não sejam raras e nem recentes. Como

diversificação dos instrumentos avaliativos, os “trabalhos escolares” surgem como uma forma alternativa muito presente nas escolas brasileiras (Miranda, 2015; Miranda; Carvalho, 2023).

Esses trabalhos, quando apresentados oralmente, exigem, além do investimento em pesquisa, leitura, escrita ou outra forma de apresentar seu conteúdo visualmente, uma forma de apresentá-lo oralmente, compondo os critérios para a notificação. E para que um trabalho seja oralmente apresentado, faz-se necessário o acionamento de uma série de disposições, como, por exemplo, certa capacidade linguística e certa performance corporal, que comporão o conjunto de critérios da avaliação feita pelos professores.

Pierre Bourdieu, que dedicou parte importante de sua obra para discutir a teoria da reprodução social por meio da escola, discutiu, em parceria com Monique de Saint-Martin (2015), como a avaliação e a notificação são compostas por elementos objetivos e subjetivos, operados pelos professores a partir de seus sistemas de classificação, comumente relacionados às expectativas culturais dos grupos dominantes, no sentido de grupos que possuem disposições mais valorizadas no mercado dos capitais, sobretudo do capital cultural.

Em “As categorias do juízo professoral”, Bourdieu e Saint-Martin (2015), a partir de uma pesquisa que analisou um conjunto de fichas de avaliação feitas por um professor de Filosofia, durante quatro anos, com turmas do primeiro semestre, observaram como o julgamento desse professor quanto às produções das alunas estava mais relacionado a seus julgamentos sobre o pertencimento de classe das alunas, do que propriamente ao conteúdo apresentado.

Especialmente quanto às apresentações orais, para os autores, a avaliação feita pelo professor teve menos a ver com o conteúdo e mais com a forma daquele que apresenta o conteúdo, sobretudo pelo uso da linguagem e pela apresentação do corpo socialmente.

De acordo com Bourdieu e Saint-Martin (2015) o “julgamento professoral” em momentos de avaliação de apresentações orais possuem um conjunto de critérios difusos e implícitos, não padronizados nem sistematizados. Esse julgamento é estruturado na prática e se reproduz nela, estabelecido a priori, ao longo de gerações, que estruturaram e estruturam na prática a percepção e a apreciação dos trabalhos orais, compondo um sistema de classificação, denominado de “taxinomia”, neste caso, uma “taxinomia escolar”.

Tendo como lastro os resultados e análises dessa pesquisa publicada por Bourdieu e Saint-Martin (2015), neste artigo, o objetivo foi analisar como são compostos os critérios avaliativos na apresentação desses trabalhos escolares, a partir da investigação da influência de categorias sociais subjetivas nessa avaliação feita pelos professores, a partir da operacionalização dos conceitos de “capital linguístico” e de “hexis corporal”.

Ambos os conceitos escolhidos como ferramentas para a análise desse tipo de avaliação escolar guardam estreita relação com outro conceito chave na obra de Bourdieu: o “habitus”. O habitus seria a interiorização da exterioridade, o mundo social interiorizado, que existe a partir da posição ocupada por esse ser social. Nas palavras de Bourdieu:

[o habitus é] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente

diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados. (Bourdieu, 1983, p. 65).

O habitus pode ser compreendido como uma bússola, que direciona as ações e reações, que orienta a forma de pensar, de ser e de agir no mundo e também de se comunicar.

Esse habitus explicitado até aqui, seria o habitus primário, que tem como uma das principais características ser durável, estruturado e estruturante. Começa a ser construído nas primeiras sociabilidades, antes do início do processo de escolarização, do letramento, antes mesmo de a criança pronunciar as primeiras palavras. Transmisso “sem esforço” através da convivência familiar, no cotidiano, nas reuniões de família, nos eventos, nos encontros de quaisquer naturezas, em que a criança participa e começa a adquirir sua herança cultural familiar.

É essa herança cultural que “ensina” sobre os valores, os julgamentos, o que merece ou não ser apreciado ou repudiado, o que é ou não engraçado, agradável ou não, a forma de “se comportar”, ou seja, toda uma lógica de percepção e de apreciação, um modo de ver e de estar no mundo.

O habitus é adquirido/construído de forma não intencional, a princípio, no seio da família, e tem como característica ser o “suporte material da memória coletiva” dos antecessores (Bourdieu, 2015, p. 125), ou seja ele é “encarnado” e encarnável intergeracionalmente e passa a ser inscrito no sujeito, é parte do sujeito, é o próprio sujeito. Esse habitus é construído pela experiência, manifestado nas ações mais cotidianas “sem pensar”, e só pode ser modificado a partir de outras experiências e interações, muitas vezes limitadas pelos capitais, especialmente pelo capital cultural. Enquanto construto, não é totalmente imutável, mas tem como principais características ser durável e estruturante.

A construção desse habitus tem certa relação com as condições de vida objetivas e subjetivas das famílias. E por ser construído a partir das interações, existe em dependência do capital cultural. O capital cultural, por seu turno, possui relação com a posição que o agente ocupa no espaço social, das relações objetivas e subjetivas desse agente. É esse capital cultural que, como regra, contribui para a condução do uso da língua e a performance corporal (o corpo socialmente tratado), que forma as disposições que se manifestam pelo habitus.

Já as disposições, que formam o habitus, além de se constituírem como esquemas de percepções e ações do próprio indivíduo, direcionam como se manifesta, mas também como ele é “lido” socialmente, interpretado. As características manifestadas pelo habitus são semióticas, inclusive suas marcas no uso da língua e na apresentação corporal. O sujeito é interpretado pelo que manifesta, e suas características compreendidas como inerentes, “o ter que se tornou ser” (Bourdieu, 2020).

Nesse meandro, conta ainda, na composição do habitus, outro conceito importante desenvolvido por Bourdieu (2015, p. 73), o “capital social”. Este está intimamente ligado ao capital cultural, e faz referência ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Essas redes são baseadas em propriedades comuns entre os agentes ou em ligações objetivas no espaço físico ou econômico e social.

Assim, o capital social está entrelaçado ao capital cultural, tendo em vista a natureza e o volume de recursos que cada agente dessas ligações, que promovem e validam esse reconhecimento e

inter-reconhecimento, podem mobilizar. São conjunções materiais e simbólicas que vinculam os sujeitos a um ou outro dado grupo.

Essas conjunções levam à construção de um capital simbólico, que é dificilmente objetivável, mas que rende lucros na prática, a partir da maleabilidade dos recursos que mobiliza, sejam do capital social, econômico ou cultural, permitindo reconhecimento a partir da percepção, dos princípios de apreciação, ou de sistemas e esquemas de classificação e valoração, as taxinomias. As disposições geradas a partir da mobilização desses recursos dos diferentes capitais compõem aquilo que é incorporado no habitus, que são operadas em diferentes contextos, inclusive no contexto escolar.

Na escola, e especificamente nas apresentações de trabalhos orais, o habitus se manifesta a partir de signos variados, como na expressão da linguagem e na expressão corporal. Embora haja critérios objetivos atrelados aos trabalhos escolares orais, relacionados aos conteúdos escolares propriamente ditos, Bordieu e Saint-Martin (2015) mostraram que a linguagem e a hexis corporal se somam e se sobressaem a esses critérios para compor a avaliação realizada pelos professores. O julgamento professoral dessas avaliações estão, então, muito imbuídos de critérios não descritos e não explicados e nem explicáveis, intrínsecos, embora importantes e principais na construção do parecer avaliativo.

Nesse julgamento, o que os autores perceberam é que há uma espécie de “transmutação da verdade social em verdade escolar” (Bordieu; Saint-Martin, 2015, p. 221). Assim, aquilo que se expressa a partir da linguagem e da expressão do corpo socialmente tratado nessas apresentações, ou seja, daquilo que compõem a entonação, a dicção, o sotaque e a apresentação corporal, desde traços da aparência física a adereços e comportamentos, compõem fortemente a avaliação realizada, formam o julgamento professoral, que tende a avaliar mais positivamente o que se aproxima do habitus suposto de uma classe social mais privilegiada, em termos de capital cultural e econômico, com suas nuances. Aos desprovidos, ou parcamente possuídos, as avaliações tendem a ser menos benevolentes e mais negativas.

Neste texto, então, a partir de um estudo bibliográfico, foram explorados dois conceitos da teoria de Bourdieu (2014; 2022): o “capital linguístico” e a “hexis corporal”, a fim de compreender como critérios difusos associados a essas expressões (linguística e corporal) influenciam o julgamento professoral de trabalhos escolares em forma de apresentação oral. O capital linguístico seria todo o construto da linguagem, em que Bourdieu defende que, além da palavra escrita, a forma de se expressar oralmente, a entonação, o vocabulário, as marcas linguísticas de grupo, classe ou regionalidade, por exemplo, denotam um valor sobre quem fala. E a hexis corporal, a forma como o corpo expressa uma ideia subjacente de pertencimento a uma classe social.

O artigo está dividido em quatro seções: 1) esta introdução, em que é abordado o mote da investigação e a apresentação dos objetivos, métodos e ferramentas conceituais de análise; 2) uma exposição teórica sucinta sobre o capital linguístico e a forma como Bourdieu relaciona a linguagem como ferramenta de valoração social; 3) uma breve apresentação sobre a hexis corporal, conforme elaborada pelo autor e como isso se relaciona com uma avaliação social subjetiva do sujeito; e 4) as considerações finais, em que são sistematizadas ambas as ferramentas teóricas do autor em relação com as avaliações realizadas em forma de trabalhos escolares apresentados oralmente.

O CAPITAL LINGUÍSTICO: a performance no uso da língua e o julgamento social e escolar

A performance no uso da língua pode ser considerada uma das mais evidentes manifestações do capital cultural. A aproximação ou distanciamento da norma culta atribui ao indivíduo tanto valor ao que é dito por ele, quanto valor a ele próprio enquanto falante.

A língua carrega a marca social daquele que fala, e, conseqüentemente, serve à distinção, entre grupos e indivíduos. Essa distinção, derivada em termos do preconceito linguístico (Bagno, 2015), que impõe uma escala de valorização tanto ao que é dito, como ao modo que é dito, o que, por seu turno, gera a violência simbólica e as desigualdades de oportunidades, faz com que a performance linguística se transforme em capital, capital linguístico.

Mesmo quando existem códigos entre os grupos, dialetos, regionalismos e utilização de gírias, ainda que a utilização da norma culta em determinados ambientes seja menos exigida, seu valor continua sendo reconhecido tanto por ser a língua dos grupos dominantes quanto por ser a língua ensinada e valorizada na escola, e o seu uso serve como um índice de posição cultural e social. Bourdieu (2022) defende que o “mercado escolar” é orientado pelos “produtos linguísticos” da classe dominante, e que, ao mesmo tempo, o habitus linguístico é fruto do capital cultural, adquirido, principalmente, no interior da família desde a primeira infância e ampliado nas sociabilidades ao longo da vida, como qualquer outra manifestação do habitus.

O habitus linguístico, compreendido como disposições incorporadas a partir do capital linguístico, é parte do habitus. Este, que pode ser entendido como o conjunto de disposições, como princípio organizador das práticas e representações, determina a forma como o sujeito se relaciona com os outros e com o mundo e a percepção/construção/aquisição/apreciação dos produtos culturais, incluindo a língua.

Como regra, é apenas com o habitus primário, dependente do capital cultural familiar, que as crianças chegam à escola. De origens diferentes, as crianças chegam com repertórios culturais diferentes entre si, mesmo em contextos aparentemente homogêneos, como escolas em áreas vulnerabilizadas, que atendam a grupos populacionais vulnerabilizados, por exemplo. Bourdieu, em sua obra, explicita que os capitais são relacionais. O que Bernard Lahire (1997) trouxe ainda mais operacionalizado em sua obra. A partir de um estudo microssociológico, Lahire (1997) demonstrou a importância das micro diferenciações para o êxito escolar. Assim, dadas as expectativas que se tem por cada grupo de classe, quanto mais homogêneo este grupo for, as diferenciações do uso da língua ou o maior volume de recursos linguísticos podem se tornar um trunfo ainda maior.

Enquanto algumas crianças chegam à escola mais familiarizadas com esse ambiente, especialmente quanto ao uso da língua e do corpo, com disposições transmitidas socialmente sob a pecha de o terem sido “naturalmente”, já que possuem no interior das suas famílias uma proximidade cultural do que é exigido/ensinado na escola, para outras, com menor capital cultural, a escola é um ambiente muito diferente de seu ambiente familiar. O que é exigido nela soa “estranho”, e o uso da

língua ensinado nela é quase um novo idioma. Essas crianças podem passar a viver uma experiência escolar marcada por essas diferenças e sentimentos de inadequação.

A escola, por sua vez, sob a ideia tão cara de “neutralidade”, tende a desconsiderar essas diferenças culturais e sociais de origem e, ao fazer isso, legitima as desigualdades, “favorecendo os favorecidos e desfavorecendo os desfavorecidos”, construindo e referendando hierarquias (Bourdieu, 2015, p. 59).

Especialmente quanto ao uso da língua, a escola ainda valoriza o *habitus* linguístico dos grupos dominantes, mesmo em contextos em que a formalidade da língua não é exigida. Tal uso da língua gera trunfos no campo escolar, ao mesmo tempo em que são aplicadas sanções e censuras ao uso da língua quanto mais ele se distancie da norma culta, da norma gramatical formal. Todavia, o julgamento sobre o uso da língua não se restringe ao uso da língua em si, não está apartado de todo um complexo de julgamento social, e mesmo moral, sobre o falante. O julgamento do capital linguístico seria, assim, parte de uma leitura mais ampla sobre *habitus* do falante e sobre sua posição social (Bourdieu; Saint- Martin, 2015).

Estudantes que apresentam certas disposições, porque as adquiriram em seu seio familiar, mais privilegiado culturalmente, conseguem manter com a cultura escolar uma maior familiaridade, escola e sujeito “falam a mesma língua”. São também mais preparados para adquirirem na escola uma performance linguística desejada de forma mais “natural”. A essa “facilidade” de aprender o que é ensinado na escola é atribuída a ideia de “dom”, desconsiderando o contexto.

Já os estudantes com menor capital cultural de origem, que precisam adquirir o “bom falar” na escola, mantêm com ela uma relação de maior esforço para a construção dessa performance, e, como regra, sua comunicação carrega as marcas desse esforço. Nestes casos, não há “dom” nem “talento” a ser reconhecido, mas marcas a serem percebidas.

Para alguns linguistas brasileiros existe um discurso que considera que um ensino gramaticalista na escola, por si só, determinaria a performance linguística dos alunos (Luft, 2000; Bagno, 2006; Possenti, 2009). O que Mário Perini (2010) considera uma “propaganda enganosa”, já que performance linguística pela aprendizagem das regras gramaticais, não é o suficiente para que o indivíduo se torne hábil no uso da língua para toda e qualquer situação social. Para Bourdieu: “o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares, o *habitus* transformado pela escola, ele mesmo diversificado, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores” (Bourdieu, 1972, p. 188, apud Ortiz, 1983, p. 18, grifos do autor). Ou seja, é o *habitus* primário que define a estruturação de novos *habitus*, que poderão ser adquiridos a partir da experiência escolar, e não o contrário. Tendo os estudantes pontos de partida diferentes em relação ao uso da língua, o ensino da gramática por si só não será capaz de construir uma performance linguística igualitária entre os falantes, mesmo que todos aprendam as regras gramaticais.

Além disso, a gramaticalidade não garante, como afirma Bourdieu (2022), a “aceitabilidade social” do que se diz. Os “estilos expressivos” da fala (Bourdieu, 2022) são hierarquizados e hierarquizantes conforme a percepção das diferenças de disposições das classes sociais a partir desses índices linguísticos. O “mercado linguístico” (Bourdieu, 2022), criado a partir dessas diferenças linguísticas, envolvendo a prosódia, o léxico, a articulação e a sintaxe, valorizando a competência

linguística legítima, medida também pelas distinções sociais necessárias para a manipulação dessa competência, inscreve um importante sistema de diferenciação de lucros.

Assim, Bourdieu destaca o domínio da palavra como elemento de diferenciação e evidencia a complexidade no que se refere ao manejo da língua, quando destaca que não se trata apenas do domínio gramatical, e que, inclusive, os dominantes podem ter “um uso deliberado ou acidentalmente relaxado da linguagem, sem que seu discurso jamais seja investido do mesmo valor social que a linguagem dos dominados” (Bourdieu, 1983, p. 167). Para o autor, não se trata de atribuir valor apenas ao discurso mas a toda a “pessoa social”. Mesmo que com o uso da palavra de forma “correta”, ou seja, da norma culta, isso por si só não garante a apreciação do locutor, já que o que importa não é a palavra em si, mas o manejo da língua por aquele que tem “direito à palavra” (Bourdieu, 1983).

A escola é uma das instituições, das mais importantes, que determinam e legitimam um uso padrão da língua (Batista, 2017) e, para tal, tem o ensino da gramática como eixo. A gramática é uma régua, seu conjunto de normas estipula o que é correto e o que é incorreto em termos de linguagem, determina um padrão. Quanto mais letradas as famílias, mais próximas elas estarão do padrão estipulado pela escola. É importante destacar, porém, que, como regra, o capital cultural está associado ao capital social e ao capital econômico, em alguma medida, mesmo que de modo relacional e em contextos em que se apliquem contingencialmente, como em um meio aparentemente homogêneo. O que faz com que aqueles que possuam maior volume de recursos provenientes dos capitais associados, e disposições desses capitais incorporados, tenham também um maior capital linguístico, falem uma língua mais próxima à da escola.

Da exposição formal para uma plateia às conversas informais, mesmo íntimas e particulares, a linguagem dos sujeitos faz parte do seu repertório, das suas experiências, são fruto das suas interações. As pessoas falam e compreendem de acordo com o mundo que experienciaram, e seu repertório linguístico deriva daquilo a que elas tiveram acesso em termos de linguagem, daquilo que aprenderam ao longo da vida, do que se fez necessário para suas sociabilidades, das disposições que incorporaram. E mesmo concordando que “o que falar” e “a forma de falar” possam ser ajustadas às ocasiões em que se encontra o falante, esses ajustes são limitados pelo capital linguístico, fruto do capital cultural.

Em sua pesquisa, Bourdieu e Saint-Martin (2015), discutem os critérios de avaliação subjetivos empregados por professores. Os pesquisadores destacam como a avaliação efetuada pelos professores, tanto em termos de notas como de apreciação justificativas, tem estreita relação com a origem social dos estudantes. Ao analisar essa pesquisa, Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (2015, p. 13), afirmam que, para estabelecer seus julgamentos, os professores:

Ao lado, ou para além, dos “critérios internos” de avaliação de um determinado tipo de conhecimento (domínio do campo, vocabulário técnico, entre outros), levam-se em conta, sobretudo, “critérios externos”, tais como: postura corporal, maneiras, aparência física, dicção, sotaque, estilo de linguagem oral e escrita, cultura geral etc.

Ou seja, os professores analisam duplamente o manejo da língua e seus julgamentos em relação às disposições dos alunos. Uma das análises se dá sobre a forma como os professores julgam os alunos nas avaliações pelo capital linguístico demonstrado por eles nos trabalhos escritos, mas também

o “fenômeno semiótico total” nas apresentações orais, em que o conjunto desses “critérios externos” tornam-se particularmente relevantes.

A evidência do capital linguístico é complexa, segundo Bourdieu (2022), e não se limita ao “bom uso”, ao uso gramatical da palavra. Como capital, exige várias competências que determinariam tanto o que dizer como o modo de dizer, o domínio da fala, as entonações, a escolha de palavras, o uso de significantes, as pausas, o uso de metáforas, a postura e o gestual enquanto se comunica, ou seja, toda a tecnologia no uso da linguagem.

Assim, como afirma Batista (2017, p. 251), ao compreender Bourdieu, o habitus linguístico direciona a fala e “o uso da língua é um fenômeno semiótico total”, que não pode ser separado da performance do falante. “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder” (Bourdieu, 1983, p. 160-1). O uso que se faz da língua não somente distingue os indivíduos e estabelece hierarquias, mas evidencia as hierarquias culturais (e sociais) já existentes, ao mesmo tempo em que, pelo manejo da língua se atribui a autoridade ou se deslegitima o falante, construindo, assim, taxinomias e hierarquias.

A HEXIS CORPORAL: disposições corporais e o julgamento professoral

Além do capital linguístico, que orienta o manejo no uso da língua, Bourdieu (2014, p. 247), ao analisar o “julgamento professoral”, destaca a hexis corporal, uma espécie de materialização corpórea do habitus, a expressão exterior da interiorização dele, o corpo socialmente tratado. Para o autor, a apresentação do corpo é “uma linguagem que fala de nós mais do que falamos sobre nós”, e através do qual é possível se ler a história social do sujeito, sua identidade cultural, o mundo social no corpo.

Para Bourdieu (2007, p. 440, grifos do autor):

[...] a relação que se mantém com o mundo social e o lugar que a pessoa se atribui nesse mundo nunca se declara tão bem quanto através do espaço e do tempo que ela se sente no direito de tomar aos outros, e, mais precisamente, o lugar que ocupa *com o seu corpo no espaço físico* [...] e *com sua fala no tempo*.

O corpo que se mostra nas interações sociais, que se dá a ver, encarna, manifesta e é objetivado pela (suposta) posição de classe, a partir da percepção das disposições corporais, que, apesar de seu componente social, são tidas como naturais (Peters, 2010) e denotam uma série de suposições hierárquicas, de taxinomias. O corpo enquanto um “objeto classificatório” (Suficier *et al.*, 2021).

É pela história social do indivíduo, que esse corpo tem dada aparência, se movimenta, age, se porta, mostra seu pertencimento. A hexis corporal seria, portanto, um construto exteriorizante das disposições interiorizadas que denotam uma posição de classe, suas disposições, a partir de condições materiais e culturais. Ou, como afirma Cristina Medeiros (2017, p. 132), é o corpo: “um meio de linguagem da identidade social”.

Assim, o corpo seria dotado de formas subjetivas de se apresentar, que denotam sua relação com o meio social. Não seria somente sua apresentação física, biológica, objetiva, que também é regida pelas condições sociais. Para Medeiros (2017, p. 133), o *habitus*, enquanto disposição, orienta “as práticas corporais que traduzem uma maneira de ser no mundo”. Como afirma Amossy (2005), a dimensão do “*ethos*”, enquanto a instância de normatização do *habitus*, inconscientemente guia nossas condutas a partir dos princípios interiorizados, que são exteriorizadas na dimensão da *hexis* corporal, guiando nossas relações com o corpo, posturas, comportamentos.

O corpo carrega a marca de classe tanto no que parecem escolhas pessoais e estilísticas individuais, como vestimentas, por exemplo, mas, principalmente no modo de se portar e de se comportar (Bourdieu, 2014), o que Bourdieu e Saint-Martin (2015) chamam de “corpo socialmente tratado”. A interiorização dessas disposições e “gostos de classe” formam um conjunto de recursos simbólicos que entram no jogo das apreciações, percepções e dos sistemas e esquemas de classificação social, fazendo da *hexis* corporal um “capital corporal”, portanto, valorada.

Para os autores, o corpo socialmente tratado é decifrável, e seus movimentos, em linhas gerais, previsíveis. Carrega-se o estilo expressivo das condições materiais, culturais e sociais a que foi exposto e na qual foi inculcado, traz as marcas dos capitais. É pouco “controlado” e “controlável”, por ser orientado por disposições duráveis, difíceis de serem modificadas. É o “corpo social encarnado em corpo biológico” (Bourdieu; Saint-Martin, 2015, p. 134). A partir desse “capital corporal” se depreenderiam propriedades corporais, convertidas em lucros sociais.

O *habitus* encarnado denota um “estilo de vida”, os gostos e preferências e, em alguma medida, também o volume de recursos dos capitais cultural e social que o sujeito possui. Os comportamentos escancarados no corpo foram, invariavelmente, aprendidos. E nas crianças, que estão em contato com outros espaços de sociabilidade, como a escola, há pouco tempo, foram aprendidos primordialmente em seu seio familiar. Ou seja, o capital corporal possui determinado valor atrelado às disposições apreendidas. O corpo socialmente tratado gera lucros sociais diferenciados em um mercado social hierarquizado.

Nas apresentações orais de trabalhos escolares, toda a gramática do corpo está exposta, e, portanto, a vinculação do corpo socialmente tratado às disposições mais ou menos valorizadas na hierarquia social dos capitais. A expressividade dos recursos desses capitais, cultural, social, econômico, corporal, entra também em cena na apreciação e percepção dos professores quanto à qualidade dos trabalhos apresentados e, de acordo com o estudo elaborado por Bourdieu e Saint-Martin (2015), com forte peso nas avaliações realizadas por eles.

Esse corpo seria a soma do corpo físico, proporção, uso de adereços, traços genéticos, cosmética, roupas com todos os seus signos sensoriais e marcas de classe, e a forma como esse corpo se expressa, interage: o modo de falar, de andar, de gesticular, de responder a estímulos, por exemplo, contém uma gramática longamente construída, orientada pelo *habitus* e julgada no campo escolar, avaliada, inclusive nos momentos de exposição oral, em que contam o capital linguístico, mas também o capital corporal, constituindo o “fenômeno semiótico total”.

Os modos de utilização do corpo, aquilo que Marcel Mauss (2017) classificou como as “técnicas do corpo”, aparecem inscritos no gestual, na forma de andar, falar, gesticular, sentar e, deste

modo, na esfera escolar, também, na desenvoltura e modos de apresentar os trabalhos escolares de forma oral e com exposição para a turma. Para Mauss (2017), o corpo é o primeiro “objeto técnico” e “meio técnico” do homem.

Os professores, ao avaliarem a hexis corporal juntamente com o conteúdo do trabalho escolar apresentado, ou, como nomearam Nogueira e Catani (2015), o domínio do campo e o vocabulário técnico, podem tecer avaliações acerca de todos os quatro princípios delimitados por Mauss (2017) para classificar as técnicas do corpo: o que se espera enquanto “hexis corporal” quanto ao gênero do discente; quanto também à sua idade, aquilo que ele deveria ou não ser capaz de fazer com a idade que possui; ao sucesso nas tarefas empreendidas para o corpo e o quanto rendem seus resultados; e ao princípio da transmissionalidade, o quanto se pode verificar da capacidade de transmitir (neste caso, de ter aprendido) a tradição da técnica do corpo. Neste último princípio, o julgamento professoral acerca do estilo de vida e da presunção do gosto de classe atuam fortemente.

Ao se considerar que a escola valoriza características que são encontradas nas classes mais cultural e economicamente bem posicionadas na estrutura social, produzindo diferenciações sociais, o corpo social, com suas marcas capazes de produzir impressões sobre seu capital cultural, capital social e capital econômico, não passa incólume pelas pré-noções dos professores, construindo percepções e alimentando um capital simbólico que pesa em seus julgamentos, principalmente nos momentos de avaliação em que ele é mais exposto, nas avaliações orais (Bourdieu; Saint-Martin, 2015).

Assim, Bourdieu e Saint-Martin (2015) destacaram que o julgamento professoral é baseado em “critérios difusos”, subjetivos, principalmente nessas apresentações orais. Segundo os autores, ao analisarem o julgamento do professor, o conhecimento das alunas quanto às matérias importou menos do que características pessoais das estudantes dos grupos analisados, relacionado tanto à linguagem utilizada pelas alunas, quanto às impressões que produziam seus corpos.

Para Bourdieu e Saint-Martin (2015, p. 214, grifos dos autores):

Os critérios “externos”, mais frequentemente implícitos e mesmo recusados pela instituição, têm um peso ainda mais importante na apreciação das manifestações orais, posto que, aos critérios já mencionados, se junta tudo o que se *relaciona com a palavra e, mais precisamente*, o sotaque, a elocução e a dicção que são as marcas mais seguras, por serem mais indelévels, da origem social e geográfica, o *estilo da linguagem falada*, que pode diferir profundamente do estilo escrito, e enfim e principalmente a *hexis corporal*, as maneiras e a conduta, que são frequentemente designados muito diretamente nas apreciações.

Quando os professores julgam, não se trata apenas do julgamento sobre o aspecto físico do corpo, que contém marcas de classe materializadas, julgam também pelas marcas sociais de pertencimento cultural e social, que funcionam para eles como signos capazes de orientar noções e expectativas sobre as capacidades dos alunos. O estilo da linguagem falada, como destacaram os autores, e a hexis corporal, compõem um “fenômeno semiótico total”, apreciado pelos professores e operacionalizado para diferir os estudantes nas manifestações orais, inscrevê-los em posições na taxinomia escolar conforme suas disposições.

Ao tecer avaliações baseadas em pré-noções de disposições do habitus, provenientes do volume de recursos mobilizados a partir da incorporação dos diferentes capitais que compõem o meio social a que os estudantes estão expostos, os professores levam a cabo o projeto de taxinomia escolar, a partir de um sistema criado e reproduzido intergeracionalmente na tradição da prática dessas avaliações. A avaliação da hexis corporal é mais um elemento dos critérios difusos e subjetivos dessas avaliações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, o objetivo foi mostrar como elementos subjetivos, para além do conteúdo apresentado nos trabalhos escolares solicitados no formato de avaliações orais, importam para o critério de julgamento e a atribuição de notas por parte dos professores, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu e Monique de Saint-Martin (2015), tendo como ferramentas teóricas dois conceitos desenvolvidos por Bourdieu: o capital linguístico e a hexis corporal.

A partir dos estudos elaborados por Bourdieu acerca do capital cultural, do habitus e das disposições de classe expressas e/ou operadas pelos sujeitos, e por ele em parceria com Saint-Martin, acerca do peso dessas disposições na avaliação realizada por professores, sobretudo nas manifestações orais, concluiu-se que a linguagem e o corpo e suas manifestações, o “fenômeno semiótico total”, são produtos do habitus que é construído longamente nas interações sociais, através da história dos sujeitos. Esse habitus determinaria um modo de ser e estar no mundo, um modo de agir e falar, de se relacionar. O corpo, suporte material desse habitus, e a linguagem expressa seriam então marcados pelas disposições de classe.

Quanto maior a familiaridade do sujeito com disposições valorizadas no mercado dos capitais, maiores os lucros sociais. A diferenciação desses lucros importa em como o sujeito é visto socialmente. O conjunto formado por um capital linguístico associado a uma hexis corporal que denota disposições de classes mais próximas a disposições esperadas dos grupos dominantes tende a ser mais valorizado socialmente, construindo taxinomias sociais que hierarquizam posições e valores, formas de ver e ser visto nas interações sociais nos espaços de sociabilidades.

Assim, o “fenômeno semiótico total”, que une o estilo no uso da língua, enquanto instrumento de poder, e a performance do falante, a partir do uso do corpo e do corpo socialmente tratado, importam nos julgamentos sociais feitos por e sobre o sujeito, o inserindo num esquema que estrutura a valorização dos sujeitos e, portanto, hierarquiza sua posição social.

A escola, ao valorizar aspectos próximos a manifestações e disposições desenvolvidas pelos grupos dominantes, atua na reprodução social por meio da reprodução cultural, de forma que valoriza essas características, incluindo as características físicas e as formas de expressão oral e corporal. E, quando na hora de avaliar, sobretudo nas apresentações orais, como destacaram Bourdieu e Saint-Martin (2015), em que este corpo e o capital linguístico do falante estão mais expostos, esses e seus modos compõem o conjunto de elementos avaliados nesses trabalhos escolares. Atuando, segundo os autores, como principal critério nessas avaliações. O julgamento dos professores seria, então, mais baseado na forma, na aparência de classe dos estudantes e nas disposições percebidas e hierarquizadas,

do que no conteúdo por eles apresentados ou em outros critérios objetivos acerca de suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005

BATISTA, Antônio A. G. Linguístico. In CATANI, Afrânio M [et al.] (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 250-255.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. 2 reimp. São Paulo: EdUSP, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. In ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 156-183.

BOURDIEU, Pierre. O capital social - notas provisórias. In NOGUEIRA, M^a Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 73-88.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Geneve: Lib. Droz, 1972.

BOURDIEU, Pierre. Futuro de classe e causalidade do provável. In NOGUEIRA, M^a Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 89-141.

BOURDIEU, Pierre. Notas provisórias sobre a percepção social do corpo. *Pro-Posições*. Campinas, v. 25, n. 1, p. 247-256, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000100014>. Acesso em: 22/09/2024.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral: lutas de classificação – curso no Collège de France (1981-1982)*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique. As categorias do juízo professoral. In NOGUEIRA, M^a Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 205-242.

LAHIRE, Bernard. *O sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LUFT, Celso P. *Língua e liberdade*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

MEDEIROS, Cristina C. C. de. Corpo. In CATANI, Afrânio M [et al.] (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 132-134.

MIRANDA, Luciana A. de. *O uso dos trabalhos escolares como instrumento avaliativo*. 2015. 50f. Monografia (Especialização), Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Itaberaba, 2015.

MIRANDA, Luciana A. de; CARVALHO, Manuela A. O uso dos trabalhos escolares como instrumento de formação pesquisadora e de avaliação formativa. *Anais IX CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/99907>. Acesso em: 22 set. 2024.

NOGUEIRA, M^a Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PETERS, Gabriel. Humano, demasiado mundano: a teoria do habitus em retrospecto. *Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, n. 18, v. 1, p. 8-37, 2010.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SUFICIER, Darbi M. et al.. A noção bourdieusiana de hexis corporal em teses e dissertações brasileiras. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 26, n. 51, p. 895-914, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14265>. Acesso em: 17/01/2026.

DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Luciana A. de Miranda – Conceitualização, Análise formal, Escrita: rascunho original, Escrita: revisão e edição.

Manuela Azevedo Carvalho – Conceitualização, Análise formal, Escrita: rascunho original, Escrita: revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As autoras declaram que nenhuma ferramenta de inteligência artificial generativa foi utilizada na redação deste manuscrito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.